



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	20876/2023
Data do Início	11/10/2023
Folha	05
Rubrica	

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO N° 20876/2023, Pregão Eletrônico 27/2023

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de material de limpeza e material de escritório, de forma parcelada, para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social e dos setores de atendimento da mesma.

À Secretaria Requisitante,

A empresa **CLEARLIMP PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra intempestivo.

Assim, a presente impugnação será recebida, mas não conhecida, por ser INTENPESTIVA e sem efeitos recursais. Não obstante, por considerar relevante o tema apontado, será analisado e respondido o questionamento em respeito ao direito de petição, constitucionalmente resguardado.

II – DAS RAZÕES

Em resumo, a impugnante alega:

- Suposta ilegalidade no instrumento convocatório;
- Valor inexecuível

III – DO MÉRITO

Em suas razões, a impugnante alega que o edital do certame supracitado contém previsões contrárias à legislação que disciplina os procedimentos licitatórios, com preço estimado inexecuível, reduzindo consideravelmente a quantidade de empresas capazes de executar o objeto e que por consequência viola o princípio da competitividade entre os participantes.

Reforçamos, mais uma vez, as mais diversas etapas que englobam o processo administrativo, incluindo a pesquisa de preços que serve para verificação do mercado em atenção as especificações dos produtos/serviços a serem contratados, pelas palavras do Tribunal de Contas da União:

“Pesquisa de mercado: verificação das condições específicas do mercado conforme o objeto pretendido: especificação, marcas, qualidade, desempenho, prazos, garantia.”

Embora seja importante salientar que a Administração Pública realiza pesquisa de preços seguindo os parâmetros das legislações que versam sobre o tema, visando garantir que os valores praticados espelhem o que ocorre no mercado, visando assim proteger tanto os licitantes quanto o próprio órgão contratante, esta Comissão entende que os argumentos apresentados pela empresa impugnante, merecem minuciosa apreciação pela Secretaria Requisitante que elaborou o referido edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Considerando que esta Comissão mantém o respeito as atribuições funcionais desta administração, registra-se que os pontos atacados nas razões da peça impugnatória são estabelecidos pela Secretaria Requisitante, levando em conta as atribuições de mercado e a necessidade particular do órgão, motivo pelo qual não cabe a esta especializada debater sobre o tema. Assim, esta comissão solicita a manifestação da secretaria requisitante, uma vez que não detem conhecimento técnico necessário para debater sobre os temas.

IV- DA CONCLUSÃO

Esta especializada decide pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da presente impugnação, ante a intempestividade da mesma. Contudo, pelo fato desta especializada não possuir a expertise técnica necessária para opinar sobre o tema, entendemos ser de competência da Secretaria Requisitante certificar-se a esse respeito, bem como, caso entenda necessário, adequar o Termo de Referência afim que a licitação alcance a melhor proposta e não fira a competitividade do certame.

Diante do exposto, submetemos à Secretaria Requisitante.

Em 14/06/2023

MARIA TRAVASSOS
Mat.111.813

De acordo

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS
Pregoeira
Mat. 109.262